

## EDITORIAL

# O país que deixa de se conhecer: ciência, desenvolvimento e os dilemas da educação superior brasileira

Fabio Vinicius de Macedo Bergamo<sup>1,2</sup> 

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

<sup>2</sup> Faculdade de Comunicação e Inovação – Centro Universitário Adventista de São Paulo – Engenheiro Coelho – São Paulo – Brasil

### Citação deste Artigo (ABNT)

BERGAMO, Fabio V. M. O país que deixa de se conhecer: ciência, desenvolvimento e os dilemas da educação superior brasileira. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v.23, n.2, p.1-6, 2026.

### Autora para Correspondência

Fabio Vinicius de Macedo Bergamo  
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
fabio.bergamo@uesb.edu.br



**Copyright:** © 2026 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

**Resumo:** Este editorial examina as relações entre financiamento científico, desenvolvimento econômico, competitividade universitária e democratização do ensino superior no Brasil. Parte-se da compreensão das universidades, dos centros de pesquisa e dos periódicos científicos como componentes da infraestrutura epistêmica necessária ao funcionamento da democracia. Discute-se o paradoxo entre o elevado esforço educacional brasileiro em proporção do Produto Interno Bruto e a limitada capacidade de investimento por estudante, agravada pela instabilidade do financiamento da ciência. O texto também problematiza a perda relativa de competitividade internacional das principais universidades brasileiras e contrapõe indicadores econômicos favoráveis a persistentes fragilidades relacionadas à subutilização do trabalho, à informalidade, ao endividamento familiar, à sobrevivência empresarial, ao investimento e à produtividade. Analisa-se, ainda, o risco de que a regulação da educação a distância, ao presumir a presencialidade como medida de qualidade, produza novas barreiras territoriais e sociais. Por fim, os artigos desta edição são apresentados como demonstrações da contribuição das Ciências Sociais Aplicadas para interpretar as contradições do desenvolvimento brasileiro.

**Palavras-chave:** Ciências Sociais Aplicadas; educação a distância; ensino superior; financiamento científico; indicadores econômicos.

### The country that ceases to know itself: science, development, and the dilemmas of Brazilian higher education

**Abstract:** This editorial examines the relationships among science funding, economic development, university competitiveness, and the democratization of higher education in Brazil. Universities, research centers, and scientific journals are understood as components of the epistemic infrastructure required for a functioning democracy. The discussion addresses the paradox between Brazil's relatively high educational expenditure as a share of gross domestic product and its limited investment capacity per student, further constrained by unstable science funding. The editorial also considers the declining relative competitiveness of Brazil's leading universities and contrasts favorable economic indicators with persistent vulnerabilities involving labor underutilization, informality, household indebtedness, business survival, investment, and productivity. It further examines the risk that distance education regulations may create new territorial and social barriers by treating physical attendance as an automatic measure of educational quality. Finally, the articles published in this issue are presented as evidence of the contribution of the Applied Social Sciences to interpreting the institutional, economic, and social contradictions of Brazilian development.

**Keywords:** Applied Social Sciences; distance education; higher education; science funding; economic indicators.

Uma sociedade não deixa de conhecer a si mesma de uma única vez. Isso acontece lentamente, quando laboratórios interrompem pesquisas, bolsas deixam de ser oferecidas, universidades reduzem sua capacidade de formar pesquisadores, bases de dados deixam de ser atualizadas e periódicos científicos passam a depender, cada vez mais, do trabalho invisível e extenuante de professores e pesquisadores. O conhecimento não desaparece subitamente. Sua produção se torna mais difícil, mais desigual e mais vulnerável. Ao final desse processo, o país continua discutindo seus problemas, mas perde progressivamente os instrumentos necessários para compreendê-los.

O financiamento do ensino superior e da ciência costuma ser apresentado como uma questão setorial: um assunto de universidades, pesquisadores e agências de fomento. Essa interpretação é e deve ser considerada como insuficiente. Universidades, centros de pesquisa, sistemas estatísticos, bibliotecas e periódicos científicos integram aquilo que Herzog (2023) denomina infraestrutura epistêmica da democracia: o conjunto de instituições e práticas que permite a uma sociedade produzir, validar, distribuir e mobilizar conhecimento confiável. Investir nessa infraestrutura não significa apenas manter organizações acadêmicas. Significa preservar a capacidade coletiva de converter acontecimentos dispersos em problemas investigáveis, experiências particulares em evidências analisáveis e opiniões concorrentes em argumentos submetidos à crítica pública.

É nesse sentido que o desinvestimento científico produz uma forma de erosão epistêmica. A expressão designa, neste editorial, o processo cumulativo por meio do qual a contração material e institucional reduz a capacidade de uma sociedade formular perguntas relevantes, produzir evidências próprias e construir respostas para os seus problemas. O corte orçamentário é imediato, mas sua consequência epistêmica pode atravessar anos. Projetos são descontinuados, equipes dispersam-se, pesquisadores deixam o país e gerações de estudantes não encontram as condições necessárias para ingressar na vida científica. Mesmo quando os recursos voltam a crescer, competências perdidas não se recompõem com igual velocidade.

Todo orçamento contém uma concepção de futuro. A distribuição dos recursos revela não

somente quanto um governo pretende gastar, mas também aquilo que considera digno de ser conhecido, protegido e transformado. Portanto, discutir universidades, ciência e acesso ao ensino superior vai além de uma intervenção lateral no debate social em um país democrático como o Brasil. Essa discussão se torna central ao questionar quais condições cognitivas sustentarão as decisões públicas de curto, médio e longo prazo.

### **Muito esforço, recursos insuficientes**

O debate brasileiro é frequentemente empobrecido por duas afirmações consideradas incompatíveis. De um lado, sustenta-se a tese de que o país já destina à educação uma parcela elevada de sua riqueza. De outro, universidades, pesquisadores, professores e estudantes experimentam escassez de recursos, infraestrutura deteriorada, bolsas insuficientes e políticas descontínuas. As duas percepções podem ser verdadeiras porque descrevem dimensões distintas.

Segundo a OCDE (2025), o gasto governamental brasileiro em educação, do nível primário ao superior, corresponde a 4,3% do Produto Interno Bruto, percentual acima da média que é de 3,6% dos países da organização. Esse indicador revela esforço fiscal relativo, entretanto, quando se observa a capacidade material gerada por esse esforço, entretanto, a imagem muda. Em valores convertidos pela paridade do poder de compra, o gasto público brasileiro é de aproximadamente US\$ 3.765 por estudante do ensino superior, diante de uma média de US\$ 15.102 da OCDE. O percentual do PIB mede esforço, enquanto o gasto por estudante mede capacidade. Confundir os dois transforma esforço relativo em falsa aparência de abundância.

O Brasil mobiliza parcela relevante de uma economia marcada por menor renda per capita, grandes desigualdades e extensa demanda educacional reprimida. Uma proporção elevada de recursos escassos não produz, automaticamente, um sistema abundante. Essa distinção ajuda a explicar por que o país pode realizar esforço fiscal expressivo e, simultaneamente, conviver com baixa capacidade de investimento por estudante, dificuldades de permanência e resultados aquém dos necessários. A mesma OCDE registra que apenas 49% dos ingressantes brasileiros em bacharelados concluem a formação até três anos

depois do prazo teórico, enquanto a média da Organização é de 70%. Além disso, 25% abandonam o curso já no primeiro ano, quase o dobro da média de 13%.

A escassez presente também carrega uma história recente de retração e instabilidade. A UNESCO (2021) registrou queda de 16% no dispêndio doméstico brasileiro em pesquisa e desenvolvimento entre 2015 e 2017 e redução de 21% nos desembolsos das agências federais entre 2015 e 2018. Em uma análise mais recente, Vazquez, Fonseca e Nascimento (2026) demonstram que, entre 2014 e 2024, a expansão das emendas parlamentares não compensou a redução do orçamento discricionário regular das universidades e dos institutos federais, além de introduzir maior heterogeneidade político-territorial na distribuição dos recursos. O problema, portanto, não é apenas quanto se gasta, mas a previsibilidade, a autonomia e os critérios pelos quais se decide o que continuará existindo.

Reconhecer esse quadro não equivale a defender que todo acréscimo orçamentário produzirá, por si mesmo, qualidade. Recursos públicos exigem planejamento, transparência, avaliação e responsabilidade, mas a exigência de eficiência não pode funcionar como alibi para tornar permanente a insuficiência. Não existe gestão capaz de substituir indefinidamente laboratórios, bibliotecas, docentes, equipes técnicas, assistência estudantil e bolsas. Eficiência distribui capacidades existentes; não cria, por decreto, capacidades que deixaram de ser financiadas.

## **Regular a qualidade ou restringir o acesso?**

A erosão da infraestrutura epistêmica não ocorre apenas quando faltam recursos para produzir conhecimento. Ela também pode ocorrer quando decisões regulatórias estreitam os canais pelos quais parcelas historicamente afastadas do ensino superior conseguem acessá-lo. O debate recente sobre a educação a distância precisa, por isso, ser retirado tanto da celebração mercadológica, quanto da condenação baseada em preconceitos contra a modalidade.

A expansão do ensino a distância foi acompanhada por problemas reais: massificação sem mediação pedagógica adequada, relações

desproporcionais entre estudantes e docentes, fragilidade de determinados polos, padronização excessiva de materiais e modelos organizados prioritariamente pela redução de custos. Esses problemas justificam supervisão rigorosa, avaliação pública e responsabilização das instituições. Qualidade não pode ser sacrificada em nome da escala. Contudo, reconhecer a precariedade de algumas ofertas não autoriza concluir que distância física seja sinônimo de distância pedagógica, nem que a coincidência de pessoas em um espaço constitua prova suficiente de aprendizagem.

O Censo da Educação Superior de 2024 marcou uma inflexão: pela primeira vez, a educação a distância passou a concentrar a maioria das matrículas de graduação no país, alcançando 50,7% do total (INEP, 2025). Esse número não demonstra, isoladamente, qualidade. Demonstra, porém, que a modalidade deixou de ser periférica e se tornou parte estrutural do sistema. Para milhões de estudantes que trabalham em tempo integral, vivem longe dos grandes centros, exercem responsabilidades familiares, possuem limitações de mobilidade ou residem em municípios sem oferta presencial, flexibilidade não é conveniência secundária. É condição de possibilidade do acesso.

O Decreto nº 12.456/2025 instituiu um marco para a graduação a distância. Entre outras medidas, determinou que cursos classificados como EaD ofereçam, no mínimo, 10% da carga horária em atividades presenciais e outros 10% em atividades presenciais ou síncronas mediadas; estabeleceu avaliações presenciais em todas as unidades curriculares ofertadas parcial ou integralmente a distância; vedou a oferta a distância de licenciaturas e cursos da área de saúde; e reservou para Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia o formato presencial (Brasil, 2025). O objetivo declarado, promover acesso com qualidade é legítimo e basilar para a nossa educação. A questão científica e política é saber se os meios escolhidos são proporcionais aos riscos e sensíveis à desigualdade territorial brasileira.

Há um erro conceitual quando presencialidade é utilizada como substituta automática da qualidade. Presencialidade é uma condição espacial, enquanto qualidade do ensino é uma propriedade pedagógica. Um curso presencial pode ser expositivo, impessoal e academicamente

frágil. Um curso a distância pode oferecer intensa interação, materiais consistentes, acompanhamento docente, avaliação rigorosa e suporte individualizado. Evidentemente, atividades práticas, laboratoriais e profissionais podem exigir presença física. O que se questiona é a transformação dessa necessidade específica em presunção geral, anterior à observação da aprendizagem, da permanência, da qualificação docente e dos resultados efetivamente produzidos.

As novas obrigações têm custos assimétricos. Para um estudante metropolitano com horários flexíveis, o encontro presencial pode representar deslocamento moderado. Para uma trabalhadora do interior, responsável pelo cuidado de crianças ou idosos, a mesma exigência pode significar horas de viagem, perda de renda, gastos adicionais e impossibilidade de continuidade. Surge, então, um paradoxo regulatório: em nome da proteção do direito à educação de qualidade, pode-se restringir o direito de determinados grupos à própria educação. A regulação que ignora quem suporta seus custos corre o risco de proteger um modelo institucional e excluir as pessoas que não cabem nele.

A escolha não precisa ocorrer entre mercado desregulado e controle baseado em geografia. Há uma posição mais exigente: regular rigorosamente aprendizagem, interação, qualificação e carga docente, acessibilidade, permanência, integridade das avaliações, infraestrutura tecnológica e resultados dos cursos. Ofertas de baixa qualidade devem ser responsabilizadas por sua baixa qualidade, e não simplesmente por ocorrerem a distância. Em um país continental, desigual e com recursos limitados por estudante, flexibilidade educacional é uma forte política de acesso.

Forma-se, assim, um duplo bloqueio à democratização. O subfinanciamento e a instabilidade reduzem a capacidade de produzir conhecimento; a regulação excessivamente baseada em presencialidade pode reduzir a capacidade social de acessá-lo. O desafio brasileiro não é escolher entre financiamento, qualidade e acesso. É impedir que a escassez de recursos e uma concepção restritiva de qualidade se combinem para tornar o ensino superior novamente privilégio daqueles que podem estudar no lugar, no tempo e no formato definidos pelas instituições.

## Do padrão-ouro ao orçamento familiar: o conhecimento desta edição

Os seis trabalhos reunidos neste número não foram produzidos para confirmar a tese deste editorial. Sua diversidade é, precisamente, parte do argumento. Uma infraestrutura científica é necessária porque a realidade não se apresenta segundo um único nível de análise. Ela precisa compreender ciclos históricos, estruturas produtivas, políticas financeiras, competências tributárias, mercados digitais e experiências domésticas de cuidado. Entre o padrão-ouro e o orçamento familiar, as Ciências Sociais Aplicadas revelam como instituições, decisões públicas e relações de mercado alcançam territórios e vidas concretas.

A edição se inicia com *Desempenho da atividade industrial no Estado da Paraíba (2016 a 2022)*. Ao examinar a trajetória recente da atividade industrial paraibana, o estudo produzido por Wilton Macedo Santos, Byanca Pereira Soares, Gustavo Joaquim Lisboa e Aniram Lins Cavalcante desloca o debate sobre desenvolvimento do plano abstrato para a heterogeneidade regional brasileira. Conhecer o desempenho industrial de um estado nordestino significa identificar estruturas, limites e possibilidades que médias nacionais frequentemente ocultam. Políticas industriais incapazes de reconhecer diferenças territoriais tendem a reproduzir a concentração que afirmam combater.

Em seguida, *A crise de 1929: padrão-ouro clássico e mercados autorregulados*, escrito por Boanerges de Freitas Barreto Filho e Francisco de Lima Júnior, recupera uma experiência histórica cuja atualidade reside menos na repetição de seus acontecimentos do que na permanência de sua advertência. Mercados não existem fora das instituições que os tornam possíveis, e crises não podem ser compreendidas apenas como acidentes externos a uma ordem autorregulada. A memória econômica constitui, também, infraestrutura epistêmica: sociedades que deixam de estudar suas crises tornam-se mais vulneráveis e suscetíveis a reproduzir as ideias que as produziram.

O terceiro artigo, *Microcrédito e desenvolvimento econômico: evidências empíricas do Crediamigo nos estados de atuação do Banco do Nordeste do Brasil* coloca a avaliação empírica no centro do debate sobre inclusão financeira e

desenvolvimento. O trabalho de Lucila Kétany Gonçalves de Barros, Pedro Lucas Mota e Gonçalves e Luciana Maria Costa Cordeiro contribui ao debate de que o crédito pode ampliar capacidades produtivas, mas seus efeitos precisam ser investigados, comparados e territorializados. Avaliar uma política não é uma forma de aperfeiçoar sua ação, prestar contas à sociedade e distinguir alcance nominal de transformação efetiva.

A dimensão institucional reaparece em *A batalha pela competência do ISSQN: local de recolhimento e a pacificação nos Tribunais Superiores*, autorado por Luis Filipe Nogueira de Jesus e Alexsandro Campanha. A definição do município competente para arrecadar o imposto sobre serviços ultrapassa a tecnicidade jurídica: envolve segurança, autonomia federativa, capacidade fiscal e distribuição territorial de recursos. A pesquisa jurídica mostra que o Estado também conhece e governa por meio de classificações, interpretações e precedentes. Quando esses elementos permanecem instáveis, a incerteza afeta contribuintes, administrações e políticas públicas locais.

No campo das relações de consumo, *Conteúdo compartilhado e intenção de compra: evidências no consumo de cosméticos* investiga como diferentes conteúdos divulgados por influenciadores digitais se associam às decisões de consumidores. A pesquisa realizada por Clécia Silva Tavares da Câmara e Itiel Moraes da Silva, contou com 163 respondentes e indica associação mais forte entre intenção de compra e conteúdos relativos ao lançamento e ao desenvolvimento de novos produtos, enquanto a experiência de uso não apresentou a mesma significância. O resultado ajuda a ultrapassar generalizações sobre influência digital: não é simplesmente a presença do influenciador, mas a natureza informacional do conteúdo que participa da decisão.

O artigo também permite observar uma transformação relevante da infraestrutura contemporânea do conhecimento. Parte crescente daquilo que consumidores sabem sobre produtos, empresas e mercados circula por plataformas privadas, mediada por métricas de visibilidade, relações comerciais e arquiteturas algorítmicas. Pesquisar tais processos significa tornar visíveis mecanismos de influência que, embora cotidianos,

não são neutros. Se a democracia depende de infraestrutura epistêmica pública, a vida econômica depende cada vez mais de infraestruturas informacionais controladas por atores privados. Compreender essa tensão é tarefa incontornável das Ciências Sociais Aplicadas.

Por fim, Camila Silva Rocha e Almira Ferraz Gomes em *Gestão financeira familiar e economia do cuidado: desafios de famílias de crianças com TEA em Vitória da Conquista-BA*, conduzem o debate ao espaço doméstico. Com base em entrevistas com 13 mães, as autoras mostram que os custos das terapias, a redução da participação laboral materna e as limitações das políticas públicas reorganizam o orçamento e a rotina das famílias. A gestão financeira deixa de ser apenas planejamento de receitas e despesas e assume a forma de uma “gestão permanente da escassez”, atravessada pela feminização do cuidado, por redes de apoio e pela efetividade por vezes insuficiente da proteção pública.

É difícil imaginar demonstração mais concreta do custo de uma política pública insuficiente. Quando serviços especializados não alcançam as famílias, a responsabilidade não desaparece, mas é transferida. Converte-se em despesa privada, interrupção de trajetórias profissionais, sobrecarga materna, endividamento e sofrimento. Aquilo que o orçamento estatal registra como economia pode reaparecer, de maneira desigual e invisível, no orçamento doméstico. O cuidado evidencia que ausência de investimento público também distribui custos para a sociedade e os desloca para pessoas com menor capacidade de suportá-los.

## **Conhecer também é uma escolha pública**

Esta edição chega ao público em um momento no qual o país volta a escolher seus representantes e, com eles, suas prioridades. Seria confortável concluir que a defesa da ciência, das universidades e do acesso ao ensino superior pertence apenas à comunidade acadêmica. Não pertence. Uma democracia que enfraquece as instituições responsáveis por produzir conhecimento reduz a qualidade das escolhas que poderá realizar; uma política educacional que restringe os meios de acesso sem demonstrar ganhos proporcionais de aprendizagem corre o

risco de aprofundar as desigualdades que deveria enfrentar.

A pergunta relevante que se apresenta é se o país se permitirá decidir sobre industrialização, crises, crédito, tributação, plataformas, consumo e cuidado sem capacidade científica para conhecer esses fenômenos. Os trabalhos publicados nesta edição mostram que cada decisão pública repousa sobre diagnósticos, categorias e evidências. Quando essa base se enfraquece, cresce o espaço da improvisação, dos interesses menos escrutinados e das soluções importadas de realidades distintas. Tais características, infelizmente, acompanham as decisões políticas do país.

Também não basta ampliar recursos sem discutir acesso, permanência e qualidade. O alto esforço educacional relativo do Brasil precisa converter-se em maior capacidade por estudante e em trajetórias formativas concluídas. A educação a distância precisa ser regulada com rigor, mas esse rigor deve recair sobre aquilo que importa: aprendizagem, interação, integridade, apoio e resultados. Preservar encontros presenciais necessários é diferente de presumir que a presença física seja a medida universal da qualidade.

O país que deixa de financiar o conhecimento começa, pouco a pouco, a deixar de se conhecer. O país que restringe os caminhos de acesso ao conhecimento decide, ainda que silenciosamente, quem terá o direito de participar de sua produção. Em ambos os casos, trata-se de uma escolha política. Esta edição traz uma pequena intervenção nesse horizonte. Cada artigo amplia o repertório por meio do qual a sociedade pode interpretar a si mesma. Um periódico científico não substitui universidades financiadas, políticas educacionais inclusivas ou sistemas robustos de pesquisa, mas preserva um espaço em que perguntas podem ser formuladas, evidências podem ser examinadas e argumentos podem permanecer disponíveis para novas leituras. Em tempos de escolha, continuar produzindo e fazer circular o conhecimento são, também, uma forma de compromisso democrático.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025*. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por

instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 maio 2025.

HERZOG, Lisa. *Citizen knowledge: markets, experts, and the infrastructure of democracy*. New York: Oxford University Press, 2023. DOI: 10.1093/oso/9780197681718.001.0001.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2024: apresentação dos resultados*. Brasília, DF: Inep, 2025.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Education at a glance 2025: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: 10.1787/1c0d9c79-en.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *UNESCO science report: the race against time for smarter development – Brazil*. Paris: UNESCO, 2021.

VAZQUEZ, Daniel Arias; FONSECA, Sergio Luiz Doscher da; NASCIMENTO, Paulo Meyer. *Emendas parlamentares no orçamento das universidades e institutos federais (2014–2024)*. In: VIEIRA, Fabiola Sulpino; NASCIMENTO, Paulo Meyer; RIBEIRO, José Aparecido Carlos (org.). *Emendas parlamentares em políticas sociais*. Brasília, DF: Ipea, 2026. p. 147–181. DOI: 10.38116/978-65-5635-106-3/cap5.

---

## Sobre o autor

### Fabio Vinicius de Macedo Bergamo

Doutor e mestre em administração. Leciona disciplinas na área de comunicação e pesquisa científica no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas na UESB. Também é coordenador do Observatório de Marketing da UESB, laboratório onde desenvolve pesquisas sobre Marketing e Decolonização.

Além disso, é professor da Faculdade de Comunicação e Inovação do Centro Universitário Adventista de São Paulo, onde também coordena o GESTAR – Grupo de Pesquisa em Tecnologias Emergentes para Administração e Responsabilidade Corporativa.

Dr. Bergamo é um dos editores-chefes dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5228-2519>